



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
CONTROLADORIA - GERAL DO MUNICÍPIO

INSTRUÇÃO NORMATIVA CGM Nº 003 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2023

O AUDITOR-CHEFE DA CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO-AC, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 2º, § 1º da Lei Municipal nº 1.785, de 21 de dezembro de 2009, o art. 8º do Decreto Municipal nº 1.660 de 24 de julho de 2013, e considerando as Resoluções TCE/AC nº 76/2012 e nº 87/2013, resolve:

Art. 1º Ficam instituídos os procedimentos e anexos constantes desta Instrução Normativa, que se destinam a orientar a elaboração das peças de responsabilidade das Unidades Setoriais e Seccionais de Controle Interno, que comporão as prestações de contas do Prefeito e das Entidades da Administração Indireta, inclusive dos Fundos Municipais, do exercício orçamentário e financeiro de 2023.

Da certificação das Contas

Art. 2º A atuação das Unidades do Sistema de Controle Interno nos trabalhos relacionados às prestações de contas abrange:

I - a avaliação do cumprimento da obrigação de prestar contas pelos responsáveis, no atendimento das finalidades previstas na Resolução TCE/AC nº 087/2013, no Decreto nº 1.660/2013 e na Instrução Normativa CGM nº 003/2023;

II - a certificação, consoante o disposto no inciso IV do art. 74 da Constituição Federal e no art. 3º da Lei 1.785, de 2009, realizada de acordo com as normas estabelecidas no Decreto nº 3.294, de 2012, e nos Anexos do Manual de Referência – 10ª edição da Resolução TCE nº 087/2013; e

III – os demais trabalhos de avaliação e de outras naturezas, estabelecidos nos Planos Anuais de Atividades das Unidades de Controle Interno, nos termos da Instrução Normativa CGM nº 001/2020.

Art. 3º A avaliação do cumprimento da obrigação de prestar contas, tem por finalidade assegurar que as prestações de contas dos responsáveis obrigados a essa formalidade, expressem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os critérios aplicáveis.

§ 1º O resultado dos trabalhos das Unidades de Controle Interno será materializado no Relatório Anual da Unidade de Controle Interno - RAUCI e no Certificado, nos termos estabelecidos nos Anexos do Manual de Referência – 10ª da Resolução TCE nº 087/2013, observadas as disposições desta Instrução Normativa.

§ 2º O RAUCI deve:

I - orientar-se pelos requisitos de clareza, convicção, concisão, completude, exatidão, relevância, tempestividade e objetividade;





PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
CONTROLADORIA - GERAL DO MUNICÍPIO

INSTRUÇÃO NORMATIVA CGM Nº 003 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2023

II - detalhar a metodologia utilizada na definição do escopo, época e extensão (tamanho das amostras) dos procedimentos utilizados, utilizando, caso necessário, anexo para maior detalhamento da metodologia empregada; e

III - estar suportado por informações e elementos que possam subsidiar e implicar em opinião com ressalva, adversa ou abstenção de opinião, no Certificado da Unidade de Controle Interno.

Art. 4º As certificações das Contas anuais dos Órgãos, Entidades e Fundos, devem ser concluídas até a data de publicação do Relatório Anual de Gestão estabelecida no art. 7º da IN CGM nº 003/2023, com emissão do relatório e do Certificado a que se refere o Manual de Referência – 10ª edição da Resolução TCE nº 087/2013 e esta Instrução Normativa.

Art. 5º As certificações das Contas deverão avaliar a conformidade dos atos de gestão, e se as transações e os atos de gestão relevantes dos responsáveis pelo órgão/entidade/fundo estão de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis e com os princípios de administração pública, que regem a gestão financeira responsável e a conduta dos agentes públicos.

Parágrafo único. Na formação da opinião a ser expressa no Certificado, a Unidade de Controle Interno deve considerar a relevância dos achados e conclusões do RAUCI, acerca de eventuais distorções ou desvios de conformidade, individualmente ou em conjunto, em relação ao todo da gestão do órgão/entidade/fundo.

Art. 6º Os tipos de Certificado são:

I – Certificado de Regularidade: será emitido quando a Unidade de Controle Interno, formar a opinião de que na gestão dos recursos públicos foram adequadamente observados os princípios da legalidade, legitimidade e economicidade;

II – Certificado de Regularidade com Ressalvas: será emitido quando a Unidade de Controle Interno constatar falhas, omissões ou impropriedades de natureza formal no cumprimento das normas e diretrizes governamentais, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade e que, pela sua irrelevância ou imaterialidade, não caracterizem irregularidade de atuação dos agentes responsáveis;

III – Certificado de Irregularidade: será emitido quando a Unidade de Controle Interno verificar a não observância da aplicação dos princípios de legalidade, legitimidade e economicidade, constatando a existência de desfalque, alcance, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte prejuízo quantificável para o erário e/ou comprometam, substancialmente, as demonstrações financeiras e a respectiva gestão dos agentes responsáveis, no período ou exercício examinado;





PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
CONTROLADORIA - GERAL DO MUNICÍPIO

INSTRUÇÃO NORMATIVA CGM Nº 003 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2023

IV – Certificado com Abstenção de Opinião: quando não é possível obter evidência suficiente e apropriada e se conclui que os possíveis efeitos de distorções não detectadas sobre as demonstrações contábeis, se houver, poderiam ser relevantes e generalizados; ou os desvios de conformidade nas operações, transações ou atos de gestão poderiam ser relevantes e com efeitos generalizados.

Art. 7º O responsável pela Unidade de Controle Interno deverá informar ao Tribunal de Contas, quaisquer indícios de irregularidades que, individualmente ou em conjunto, sejam materialmente relevantes ou que apresentem risco de impacto relevante na gestão, decorrente de ato comissivo ou omissivo praticado por integrante do rol de responsáveis ou por eventual responsável não relacionado no rol, mas cuja eventual responsabilização em conjunto com aquele seja cabível, conforme art. 82 da Lei Complementar Estadual nº 38, de 1993.

§ 1º Na comunicação referida no caput deste artigo, o Responsável pela Unidade de Controle Interno do órgão/entidade/fundo em que os indícios de irregularidade tenham sido detectados, indicará as providências adotadas para evitar ocorrências semelhantes.

§ 2º A comunicação a que se refere o § 1º deverá estar acompanhada de evidências e todos os elementos que possam subsidiar a avaliação, pelo Tribunal, de eventual responsabilidade por irregularidades, os quais deverão constar do RAUCI da seguinte forma:

I - indício de irregularidade: descrição sucinta e objetiva do ato não conforme praticado, com indicação da data ou período de ocorrência, bem como da norma possivelmente infringida;

II - eventual responsável: indicação do nome e cargo/função, bem como número do CPF do eventual responsável integrante do rol ou não integrante do rol, mas que tenha agido em conluio com aquele integrante do rol, quando aplicável;

III - conduta: descrição da ação ou a omissão praticada pelo eventual responsável, dolosa ou culposa, devidamente caracterizada e individualizada;

IV - nexo de causalidade: descrição da relação de causa e efeito entre a conduta do eventual responsável e o resultado ilícito apontado como indício de irregularidade; e

V - culpabilidade: avaliação sobre a reprovabilidade da conduta do eventual responsável, destacando situações atenuantes, como a adoção de medidas corretivas ou reparatórias adotadas, ou agravantes, como a existência de afirmações ou documentos falsos e a omissão proposital em tratar o indício de irregularidade apontado, além das circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente, nos termos do art. 22 da Lei 13.655, de 2018.





PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
CONTROLADORIA - GERAL DO MUNICÍPIO

INSTRUÇÃO NORMATIVA CGM Nº 003 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2023

Da elaboração das peças

Art. 8º As Unidades de Controle Interno devem apresentar as peças exigidas pelo Tribunal de Contas, observando, no mínimo, as disposições desta Instrução Normativa e as disposições da Resolução TCE/AC nº 087/2013:

I – Relatório Anual da Unidade de Controle Interno – RAUCI, elaborado de acordo com o formato estabelecido no Anexo I, conteúdos estabelecidos no Anexo II e com as disposições do § 2º do art. 3º, desta Instrução Normativa;

II – Certificado da Unidade de Controle Interno, expressando a avaliação sobre a regularidade da gestão dos responsáveis pelos atos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, com a identificação das falhas e irregularidades constatadas após análise das justificativas apresentadas, conforme modelo constante do Anexo III e disposições dos arts. 4º a 7º desta Instrução Normativa;

III – Pronunciamento Expresso do Titular do Órgão/Entidade/Fundo, conforme modelo constante do Anexo IV, desta Instrução Normativa.

Da remessa das peças

Art. 9º As Unidades de Controle Interno são responsáveis pela remessa ao Sistema de Prestação de Contas do TCE/AC - SIPAC, das peças relacionadas nos incisos I e II do art. 8º desta Instrução Normativa.

Parágrafo único. O RAUCI, o Certificado da Unidade de Controle Interno e o Pronunciamento Expresso do Titular do Órgão/Entidade/ Fundo, deverão ser inseridos no Sistema de Prestação de Contas do TCE/AC – SIPAC, em um único arquivo, conforme dispõe o Manual de Referência – 10ª edição.

Disposições finais

Art. 10. Os casos omissos e as dúvidas em relação a esta Instrução Normativa serão resolvidos pela Controladoria-Geral do Município.

Art. 11. Fica revogada a Instrução Normativa nº 002, de 08 de dezembro de 2022.

Art. 12. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial do Estado do Acre.

Willian Alfonso Ferreira Filgueira
Auditor-Chefe da CGM
Decreto nº 008/2022



Assinado com senha por WILLIAN ALFONSO FERREIRA FILGUEIRA em 23/11/2023 - 17:43hs.
Documento Nº: 224771.1472199-5791 - consulta à autenticidade em
<http://rbdoc.riobranco.ac.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=224771.1472199-5791>



CGM OF 2023 003 15A



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
CONTROLADORIA - GERAL DO MUNICÍPIO

INSTRUÇÃO NORMATIVA CGM Nº 003 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2023

ANEXO I

DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PEÇAS

1) Formato do arquivo permitido: extensão *.doc*.

2) Texto:

2.1) O texto deve observar o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa vigente e as seguintes características: imparcialidade, coerência, clareza e precisão. Deve-se evitar a utilização de termos técnicos ou estrangeiros, bem como a menção a nomes de autoridades. O texto deverá estar disposto em forma de parágrafo, com o seguinte padrão de configuração:

Tamanho do papel	A4
Margens	2,5 cm em todos os lados
Fonte	Tipo: Arial Tamanho: 12
Avanço de parágrafo	Sem avanço (alinhado à esquerda)
Espaçamento de texto	Antes: 0 pt; Depois: 0 pt Espaçamento entre linhas: simples Espaçamento entre parágrafos: duplo

2.2) Quadros e tabelas: as informações não discursivas, cuja ênfase recaia em dados numéricos (valor monetário, percentual, índices e afins), deverão ser dispostas em forma de quadros e tabelas, com especificação da unidade e sua ordem de grandeza (ex. R\$1,00, R\$ mil, etc). Os quadros devem conter numeração em algarismo arábico, seguida do título na parte superior e na parte inferior a indicação da fonte de onde forem extraídas as informações, grafados em fonte tamanho 10.

2.3) As páginas do RAUCI devem ser numeradas sequencialmente, iniciando a contagem a partir da folha de rosto, sendo a numeração expressa graficamente somente a partir da introdução. Os algarismos das páginas dos textos devem ser situados no alto das páginas, à direita.

Requisitos do arquivo eletrônico

- 1º) Arquivo único (RAUCI + Certificado da Unidade de Controle Interno + Pronunciamento Expresso do Titular do Órgão/Entidade/Fundo);
- 2º) Tamanho máximo de 10 Mb;
- 3º) Pode conter fotos, documentos digitalizados, etc.;
- 4º) Formatos *pdf*, padrão texto;
- 5º) O nome do arquivo deve ser no formato: <Relatório Anual da Unidade



Assinado com senha por WILLIAN ALFONSO FERREIRA FILGUEIRA em 23/11/2023 - 17:43hs.
Documento Nº: 224771.1472199-5791 - consulta à autenticidade em
<http://rbdoc.riobranco.ac.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=224771.1472199-5791>



CGM/FI/2023/00315A



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
CONTROLADORIA - GERAL DO MUNICÍPIO

INSTRUÇÃO NORMATIVA CGM Nº 003 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2023

de Controle Interno 2023>_<sigla do órgão/entidade/fundo emissor>

3) O encaminhamento das peças ao Tribunal de Contas do Estado do Acre, dar-se-á exclusivamente por remessa eletrônica no Portal do Gestor > Sistema Prestação de Contas > Prestação de Contas Anual > 2023 > Anexos da PCA, em arquivo único.

4) As cópias das peças destinadas à Controladoria-Geral deverão ser enviadas por mensagem eletrônica para o endereço cgmrb@riobranco.ac.gov.br, após a remessa ao Tribunal de Contas.



Assinado com senha por WILLIAN ALFONSO FERREIRA FILGUEIRA em 23/11/2023 - 17:43hs.
Documento Nº: 224771.1472199-5791 - consulta à autenticidade em
<http://rbdoc.riobranco.ac.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=224771.1472199-5791>



CGM/FI/202300315A



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
CONTROLADORIA - GERAL DO MUNICÍPIO

INSTRUÇÃO NORMATIVA CGM Nº 003 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2023

ANEXO II

DA ESTRUTURA E CONTEÚDO DO RAUCI

Na elaboração do RAUCI, deverá ser observada a seguinte composição:

Elementos pré-textuais

Elementos que antecedem o conteúdo do relatório propriamente dito e que auxiliarão sua leitura pelos usuários das informações. São eles:

- a) **CAPA**, contendo:
- b) Nome do órgão/entidade/fundo responsável pelas contas;
- c) Título: Relatório Anual da Unidade de Controle Interno do exercício de ____;
- d) Local e ano de elaboração em algarismo arábico.

FOLHA DE ROSTO identificando o relatório, contendo:

- a) Nome do órgão/entidade/fundo responsável pelas Contas;
- b) Título: Relatório Anual da Unidade de Controle Interno do exercício de ____;
- c) Subtítulo (ementa): Relatório Anual da Unidade de Controle Interno do exercício de ____ elaborado de acordo com a Resolução TCE/AC nº 087/2013 e IN CGM nº 003/2023;
- d) Número do RAUCI em algarismo arábico;
- e) Local e ano de elaboração em algarismo arábico.

LISTAS de tabelas, ilustrações, abreviaturas, siglas e símbolos. As tabelas e as ilustrações devem ser relacionadas na ordem em que aparecem no texto. As listas têm apresentação similar à do sumário e, quando pouco extensas, podem figurar sequencialmente numa mesma página.

SUMÁRIO, contemplando a relação de capítulos e seções do relatório, na ordem em que estiverem organizados, e as respectivas numerações de páginas.

Elementos textuais

Parte do relatório que deverá contemplar, no mínimo, as seguintes seções e seus respectivos conteúdos, conforme exigência contida nos Anexos VI, VII e IX do Manual de Referência – 10ª edição, da Resolução TCE/AC nº 87/2013:

INTRODUÇÃO: apresentação sucinta do relatório, abordando especialmente sua estrutura e pontos da gestão do exercício que mereçam destaque, e que deverão ser detalhados no corpo do relatório.



CGM OF 2023 00315A



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
CONTROLADORIA - GERAL DO MUNICÍPIO

INSTRUÇÃO NORMATIVA CGM Nº 003 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2023

VISÃO GERAL: apresentação das informações que identificam o órgão/entidade/fundo prestador de contas e de visão geral sobre a sua estrutura, do ambiente em que atua e dos principais objetivos e resultados do exercício.

AVALIAÇÃO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL: avaliação dos resultados quantitativos e qualitativos da gestão do órgão/entidade/fundo, em especial quanto à eficácia e eficiência no cumprimento dos objetivos e indicadores estabelecidos no PPA, de responsabilidade do órgão/entidade/fundo avaliada.

AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO: avaliação dos resultados físicos frente às metas estabelecidas na LDO, vinculadas a programas temáticos de responsabilidade do órgão/entidade/fundo avaliado, identificando as causas de insucessos no desempenho da gestão.

DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO E OPERACIONAL: conjunto de informações sobre a execução financeira, relevantes no contexto de atuação do órgão/entidade/fundo, demonstração do desempenho orçamentário e financeiro e demonstrações contábeis, contemplando, dentre outros, a avaliação da conformidade com a Lei Orçamentária Anual – **LOA 2023** e as normas de administração financeira, a criticidade e vulnerabilidade de itens específicos constantes das amostras selecionadas, a materialidade dos itens de despesas executados com base no orçamento próprio, abordando, no mínimo, a avaliação sobre os seguintes pontos de controle:

I – transferências concedidas mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres;

II – adiantamentos concedidos a título de diárias, passagens e suprimento de fundos;

III – recolhimentos de contribuições previdenciárias devidas aos RPPS e RGPS;

IV – compras e contratações, especialmente quanto à regularidade dos processos licitatórios e das contratações das aquisições feitas por adesão a registro de preços, inexigibilidade e dispensa de licitação, e respectivos registros dos atos no Sistema LICON do TCE/AC;

V – retenções na fonte e o devido recolhimento, de impostos, contribuições sociais e contribuições previdenciárias, devidas pelas pessoas físicas e jurídicas contratadas pela administração pública;

VI – gestão dos bens patrimoniais móveis, imóveis e em almoxarifado, especialmente quanto à correção dos registros contábeis e sua compatibilidade com o inventário anual;





PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
CONTROLADORIA - GERAL DO MUNICÍPIO

INSTRUÇÃO NORMATIVA CGM Nº 003 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2023

- VII – reconhecimento da depreciação de bens móveis e imóveis;
- VIII – consistência da integralidade dos saldos bancários com as conciliações bancárias;
- IX – gestão do pagamento de Restos a Pagar inscritos no exercício anterior;
- X – consistência das inscrições em Restos a Pagar no exercício corrente;
- XI – ocorrência de realização de despesas sem emissão de prévio empenho;
- XII – registros contábeis, orçamentários e patrimoniais, das despesas com obrigações previdenciárias, decorrentes dos encargos patronais do órgão/entidade/fundo, referentes às alíquotas normais e suplementares, observando o regime de competência;
- XIII – pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais do órgão/entidade/fundo, referentes às alíquotas normais e suplementares;
- XIV – observância do princípio da segregação de funções nas atividades de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações;
- XV – pagamento dos passivos em ordem cronológica de suas exigibilidades;
- XVI – realização de despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas;
- XVII – observância dos pré-requisitos estabelecidos no art. 63 da Lei nº 4.320/64 para a liquidação das despesas;
- XVIII – ocorrência de desvio de finalidade na execução das despesas decorrentes de recursos vinculados;
- XIX – regularidade da Despesa Executada em confronto com a Dotação Atualizada no Balanço Orçamentário, em todas as categorias e grupos de despesa;
- XX – consistência da Despesa Fixada com a Receita Prevista, no Balanço Orçamentário;
- XXI – consistência da Receita Executada com a Despesa Executada, no Balanço Orçamentário.

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO:
adequabilidade da força de trabalho da UCI frente às suas responsabilidades e





PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
CONTROLADORIA - GERAL DO MUNICÍPIO

INSTRUÇÃO NORMATIVA CGM Nº 003 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2023

atribuições, destacando sua capacidade técnica e operacional e disponibilidade de horas para execução das atividades de conferência dos pontos de controle. Destacar a composição do quadro de servidores lotados na UCI, a qualificação, cargo ou função, atribuições e responsabilidades.

RESULTADO DAS AÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO: avaliação do Plano Anual de Atividades de Controle Interno de que trata a IN CGM nº 001, de 15 de janeiro de 2020, com a demonstração das atividades executadas no exercício. Deverá ser demonstrado o impacto do resultado alcançado na consecução dos objetivos do Sistema de Controle Interno do Município. A análise deverá evidenciar a situação ao final do exercício (realizada, em execução no prazo, em execução atrasada, não realizada ou cancelada), destacando os problemas eventualmente ocorridos na execução das atividades. Da mesma forma, deverão ser evidenciadas e justificadas as atividades que superaram de forma significativa as metas estabelecidas.

AValiação DO MONITORAMENTO DAS DETERMINAÇÕES CONTIDAS NOS ACÓRDÃO DO TCE/AC, DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, REFERENTE AO ÓRGÃO/ENTIDADE/FUNDO: relato das providências adotadas pela UCI no acompanhamento da implementação das determinações/recomendações expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado, em sede de julgamento de processos que tenham como objeto o exame de atos e fatos praticados no âmbito do órgão/entidade/fundo.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS: outras informações da gestão não relacionadas com as demais seções do relatório e que seja de interesse em divulgar em razão da relevância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: manifestação final da UCI sobre a gestão, considerando as informações a que a equipe teve acesso e os trabalhos realizados durante o exercício, a qual deve fundamentar a opinião que será expressada no Certificado da Unidade de Controle Interno. Podem ser destacadas as limitações à sua atuação e a causa raiz, assim como os benefícios decorrentes dos trabalhos realizados, inclusive os financeiros, quando houver. Da mesma maneira, quando forem identificadas boas práticas relevantes, essas poderão ser registradas nesse espaço. A abordagem apresentada nesse campo deve ter caráter gerencial, ou seja, abordar aspectos que estejam na alçada da alta administração da entidade.





PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
CONTROLADORIA - GERAL DO MUNICÍPIO

INSTRUÇÃO NORMATIVA CGM Nº 003 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2023

ANEXO III

MODELO DO CERTIFICADO

BRASÃO DO MUNICÍPIO
IDENTIFICAÇÃO DO
ÓRGÃO/ENTIDADE/FUNDO

PRESTAÇÃO DE CONTAS

CERTIFICADO Nº XXXXX
RELATÓRIO Nº: XXXXX
EXERCÍCIO: XXXXX
ÓRGÃO/ENTIDADE/FUNDO: XXXXX

CERTIFICADO DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

Examinamos os atos de gestão dos responsáveis pelas áreas auditadas, praticados no período de 99XX9999 a 99XX9999, e avaliamos os resultados quanto aos aspectos da eficiência, eficácia e efetividade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

2. Os exames foram efetuados por seleção de itens, conforme escopo do trabalho definido no Relatório nº xxxx, em atendimento à legislação aplicável às áreas selecionadas e atividades examinadas, e incluíram provas nos registros mantidos pelo(a) _____ (órgão/entidade/fundo), bem como a aplicação de outros procedimentos julgados necessários no decorrer dos trabalhos. Os gestores responsáveis pelas Contas estão relacionados no Rol de Responsáveis que compõe este processo.

3. Em nossa opinião, diante dos exames aplicados, de acordo com o escopo definido no parágrafo segundo, consideramos xxxxx (regular, regular com ressalva, irregular, abstenção de opinião) a gestão dos responsáveis, consubstanciada no Relatório Anual da Unidade de Controle Interno. (em caso de opinião com ressalva, irregular ou abstenção, detalhar e especificar o (s) item (ns) e identificar o(s) responsável (eis)):

x.x.x.x - [] XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX (item ressalvado/adverso);
Cargo, Nome e CPF dos responsáveis

Rio Branco (AC), de de .

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Responsável pela Unidade de Controle Interno
Decreto nº ____/____



Assinado com senha por WILLIAN ALFONSO FERREIRA FILGUEIRA em 23/11/2023 - 17:43hs.
Documento Nº: 224771.1472199-5791 - consulta à autenticidade em
<http://rbdoc.riobranco.ac.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=224771.1472199-5791>



CGM0F202300315A



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
CONTROLADORIA - GERAL DO MUNICÍPIO

INSTRUÇÃO NORMATIVA CGM Nº 003 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2023

ANEXO IV

MODELO DO PRONUNCIAMENTO DO GESTOR

BRASÃO DO MUNICÍPIO
IDENTIFICAÇÃO DO
ÓRGÃO/ENTIDADE/FUNDO

PRESTAÇÃO DE CONTAS

CERTIFICADO Nº XXXXX
RELATÓRIO Nº: XXXXX
EXERCÍCIO: XXXXX
ÓRGÃO/ENTIDADE/FUNDO: XXXXX

PRONUNCIAMENTO EXPRESSO DO

(registrar a designação do cargo/função do titular do órgão/entidade/fundo)

Em cumprimento ao disposto na Resolução TCE/AC nº 87/2013, atesto que tomei conhecimento das conclusões contidas no Certificado da Unidade de Controle Interno sobre as Contas do exercício financeiro de 2023.

Junte-se ao processo de prestação de contas anual que será submetido ao julgamento do Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Acre.

Rio Branco(AC), de de .

(nome e assinatura do titular)



Assinado com senha por WILLIAN ALFONSO FERREIRA FILGUEIRA em 23/11/2023 - 17:43hs.
Documento Nº: 224771.1472199-5791 - consulta à autenticidade em
<http://rbdoc.riobranco.ac.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=224771.1472199-5791>



CGM OF 2023 003 15 A